



## TERMO DE CONTRATO

### CONTRATO N. 049/2025

Termo de Contrato que entre si celebram o Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária, Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste por intermédio do Complexo Penal de Caiuá, para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para atender o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS.

Aos **12** dias do mês de **Maio** do ano de **2025**, nesta cidade de **Caiuá**, comparecem do Estado de São Paulo, **Secretaria de Administração Penitenciária, pela Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste** do Estado por intermédio do **Complexo Penal de Caiuá** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **96.291.141/0132-49**, neste ato representada pelo Senhor **Feitoza Message**, RG nº **33.737.736-4** e CPF nº **227.615.738-03**, doravante denominada simplesmente Contratante, e, de outro lado, **Edson Ferreira da Silva**, com CNPJ/MF nº **06.908.258/0001-08**, inscrita no CNPJ/MF ou CPF nº **704.243.739-04**, doravante designado/a Contratado/a, pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em virtude da autorização da inexigibilidade da licitação constante no Processo SEI **006.00125283/2025-07** nos termos do artigo 74, inciso IV, c.c. o artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo presente instrumento avençam um contrato de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para atender o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, sujeita às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 68.304/2024 e demais normas regulamentares à espécie, inclusive a Lei Estadual nº 14.591/2011, regulamentada pelo Decreto nº 57.755/2012, alterados pelo Decreto nº 60.055/2014, Decreto nº 62.282/2016, e pelo Decreto nº 68.734/2024, e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e recebem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a aquisição de **1.274 kilos de Banana, 75 kilos de mandioca, 38Kilos de Batata doce, 224 kilos de limão, e 84 Kilos de abóbora** em conformidade com as Especificações e Quantidades (Anexo I) e Proposta de Preço (Anexo II) CONTRATADA (Anexo II), que integram o presente contrato como se nele estivessem transcritos.

### CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, PERÍODO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O objeto da presente contratação será entregue parceladamente, nos prazos determinados pela CONTRATANTE, conforme cronograma de fornecimento Anexo III do presente contrato;



2. A Comissão de recepção de Material, no momento da entrega dos produtos, irá verificar eles estão em conformidade com as especificações contidas no Edital, tendo o prazo de (vinte e quatro) horas para exigir as devidas substituições ou complementações;
3. Serão rejeitados no momento do recebimento os produtos que estiverem em desacordo com as especificações do Edital, e não forem substituídos e/ou complementados na forma e prazos estipulados no subitem 5, do item VII, do Edital de Chamada Pública;
4. O recebimento dos gêneros alimentícios será formalizado com o Atestado de Recebimento Definitivo, conforme modelo apresentado no Anexo III.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA**

A CONTRATADA compromete-se a observar o limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar de até R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) por DCONP/ano, sendo aplicável o referido teto de forma individualizada para o Programa PPAIS (R\$ 104.000,00) para produtos “in natura” e (R\$ 104.000,00) para o subprograma “Leite e Derivados”.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Atendimento a todas as exigências legais e regulamentares, em especial a da Lei Estadual nº 14.591/2011, o Decreto nº 57.755/2012, alterado pelo Decreto nº 60.055/2014, 62.282/2016 e Decreto nº 68.734 de 27 de julho de 2024, bem como as deliberações da Comissão Gestora do PPAIS, principalmente, no que se refere às exigências:
  - a. para expedição da Declaração de Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura Interesse Social - DCONP;
  - b. de aptidão para participar da Chamada Pública - certificando não ter ultrapassado o limite de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) por DCONP/ano, sendo aplicável o referido teto de forma individualizada para o Programa PPAIS (R\$ 104.000,00) para produtos “in natura” (R\$ 104.000,00) para o subprograma “Leite e Derivados”.
  - c. contidas na proposta de venda do(s) produto(s);
2. Fornecer os gêneros alimentícios, conforme descrição completa do produto contida no Anexo I do Edital – Especificações e Quantidades;
3. Acondicionar os itens em caixas ou outros tipos de embalagens aceitas pela legislação e que garantam a integridade do produto durante o transporte e armazenamento;
  - 3.1 No caso de produtos hortícolas apresentados em embalagens com pacotes será admitida uma tolerância no peso de embalagem de 5% a 10%. Entretanto, o quantitativo total de embalagem de acondicionamento dos pacotes deve coincidir com o especificado no documento fiscal no ato da entrega;
4. Utilizar o mesmo número de CPF indicado na habilitação em todos os documentos, inclusive na nota fiscal;



5. Abster-se de contratar menores de 18 (dezoito) anos para trabalharem em período noturno e em locais perigosos ou insalubres, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em respeito ao disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual faz referência ao inciso XXXIII do art 7º da CF/88.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. Adquirir os gêneros alimentícios nos termos e condições definidos na Chamada Pública;
2. Providenciar o pagamento das faturas aprovadas;
3. Indicar, formalmente, o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização execução contratual;
4. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados, que interfiram na execução do contrato;

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, constantes do Anexo I, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$ **7.713,24 (Sete mil, setecentos e treze reais e vinte e quatro centavos)**

Parágrafo único - No valor contratado estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento de **2025** nos termos seguintes - Dotação Orçamentária: **14.421.3813.6141.0000** PTRES **380.617**; Fonte Recurso: **001.001.001**, UGE **380232**, ND **33.90.30.11** PPAIS.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor do objeto contratado por meio de crédito aberto em conta corrente do Banco do Brasil em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, à vista do respectivo Atestado de Recebimento Definitivo – Anexo III (art. 2º Decreto nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 43.914, de 26/03/1999), observadas e cumpridas pela CONTRATADA as seguintes exigências:

1. As notas fiscais/faturas devem ser emitidas, indicando o mês de referência, a quantidade e o valor unitário e o valor total de cada produto.

2. O CPF constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta de venda.

2. O CFP constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta de venda

Secretaria da Administração Penitenciária  
**Polícia Penal – Complexo Penal de**  
Rodovia Raposo Tavares Km 634 +240 metros CEP:19450-901 e 19450-902 | Ca  
Fone: (18) 3278-9050 (Penitenciária) e 3278-9700 (CDP) – E-mail: [financas@cdpcaiua.sap.sp](mailto:financas@cdpcaiua.sap.sp)



3. No corpo da nota fiscal/fatura deve constar os dados bancários (banco, agência e conta corrente)

§ 1º Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§2º Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção nos termos bem como juros moratórios, à razão de 0,5%(meio por cento) ao mês, calculados “pro r tempore” em relação ao atraso verificado; salvo em se tratando de atraso nos pagamentos referentes aos primeiros meses do exercício, decorrente de atraso na distribuição orçamentário, no registro de empenhos ou outras questões correlatas, hipóteses em que se facultado ao contratante pagar os valores vencidos assim que regularizada a situação.

§3º Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome CONTRATADA no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – **CADIN ESTADUAL**, o qual deverá ser consultado ocasião da realização do pagamento.

§4º O preço permanecerá fixo e irrevogável.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ARQUIVAMENTO DE NOTAS FISCAIS**

A CONTRATADA deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais/Faturas, ou congêneres, dos produtos constantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS, estando à disposição para comprovação.

A CONTRATANTE se compromete a guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos as Notas Fiscais/Faturas, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DANOS**

É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, restando-lhe excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

A CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:



- a. modificar unilateralmente o contrato nos casos permitidos em lei;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão CONTRATADA;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o r cumprimento por parte do Credenciado das obrigações assumidas, sujeitará às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas legais aplicáveis sem prejuízo da eventual anulação do empenho ou da extinção do instrumento contratual resguardado direito à ampla defesa.

2. As infrações, sanções administrativas e recursos encontram-se previstos nos artigos 156, 163, e 164 a 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o que preceitua o artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, formalizando através de termo de aditamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

O Contrato será extinto, quando constituídos os motivos constantes nos artigos 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que a extinção determinada por ato unilateral da Administração quando o caso, poderá acarretar as consequências dispostas nos incisos I ao IV do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 do mesmo diploma legal.

Nos termos do §2º do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a devolução da garantia (quando exigida) e pagamento dos custos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; pagamento do custo de desmobilização.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará pelo período de **12/05/2025 a 30/09/2025**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**



1. O presente Contrato rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do artigo 74, inciso IV, c.c. o artigo 79 do Decreto Estadual nº 68.304/2024, Lei Estadual nº 14.591, de 14 outubro de 2011, Decreto Estadual nº 57.755, de 24 de janeiro de 2012, Decreto Estadual nº 62.282, de 02 de dezembro de 2016, Decreto nº 68.734, de 27 de julho de 2024, e demais diplomas legais regulamentares, que se aplicam, inclusive, em relação aos casos omissos.

2. Sem prejuízo das demais obrigações convencionais e legais, a CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas pela Chamada Pública que deram origem ao presente instrumento.

3. Fica ajustado, ainda, que:

I - Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritas:

- a) Edital da Chamada Pública nº **001/2025**;
- b) Proposta apresentada pela Contratada;
- c) Anexo I do Edital – Especificações e Quantidades;
- d) Anexo I do Termo de Contrato

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito, desde já, competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas ou relativas à aplicação deste contrato não resolvidas na esfera administrativa.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Caiuá, 13 de Maio de 2025.

\_\_\_\_\_  
COMPLEXO PENAL DE CAIUÁ  
Rafael Feitoza Message – Chefe de Departamento

\_\_\_\_\_  
Edson Ferreira da Silva  
CPF: 704.243.739-04

TESTEMUNHAS:

1. Eliane Lemes Maciel da Silva  
RG: 40.769-694-5  
CPF: 317.487.388-6

2. Luana Cristina Carvalho de Oliveira  
RG 40.624.626-9  
CPF: 387.908.068-24



## ANEXO I DO TERMO DE CONTRATO

### 1. CRONOGRAMA DE ENTREGA

**AGRICULTOR: Edson Ferreira da Silva**

Solicitamos as devidas providências de Vossa Senhoria, no sentido de fornecer a esta Unidade Prisional, os itens relacionados abaixo, conforme especificações constantes no Folheto Descritivo, durante o período de **Maio a Agosto de 2025**. As entregas deverão ser efetuadas no endereço infra mencionado, impreterivelmente no dia e horário (das **08:00 às 12:00** horas das **13:00 às 16:00** horas) estipulado neste cronograma, referente ao PROCESSO Nº **006.00125283/2025-07**, CHAMADA PÚBLICA Nº. **001/2025-CP**.

| ÍTEM          | JUNHO |       |       |       | TOTAL |
|---------------|-------|-------|-------|-------|-------|
|               | 02/06 | 09/06 | 16/06 | 25/06 |       |
| ABOBRINHA     | 84    | -     | -     | -     | 84    |
| BANANA NANICA | 424   | 424   | -     | 426   | 1.274 |
| BATATA DOCE   | 38    | -     | -     | -     | 38    |
| LIMÃO         | 112   | -     | -     | 112   | 224   |
| MANDIOCA      | 75    | -     | -     | -     | -     |

**“É DE EXTREMA RESPONSABILIDADE E IMPORTÂNCIA QUE TODAS AS ENTREGAS SEJA REALIZADAS CONFORME CALENDÁRIO ACIMA NOS HORÁRIOS DE RECEBIMENTO DESTA ALMOXARIFADO.”**

Local de entrega: Rod. Raposo Tavares, Km 634 – CEP: 19.450-901- Bairro Nova Caiuá  
PENITENCIÁRIA “BRUNO LUIZ AIROLDI LEITE” DE CAIUÁ

Almoxarifado das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

Caiuá/SP, 13 de Maio de

**VALMIR CORDEIRO DE LIMA**

Chefe de Formação Educacional, Trabalho e Capacitação Profissional

Secretaria da Administração Penitenciária  
**Polícia Penal – Complexo Penal de**  
Rodovia Raposo Tavares Km 634 +240 metros CEP:19450-901 e 19450-902 | Ca  
Fone: (18) 3278-9050 (Penitenciária) e 3278-9700 (CDP) – E-mail: [financas@cdpcaiua.sap.sp](mailto:financas@cdpcaiua.sap.sp)



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Feitoza Message, CHEFE DE DEPARTAMENTO**, em 16/05/2025, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Cordeiro De Lima, CHEFE DE SERVIÇO**, em 16/05/2025, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Cristina Carvalho De Oliveira, OFICIAL ADMINISTRATIVO**, em 16/05/2025, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Lemes Maciel Da Silva, POLICIAL PENAL**, em 19/05/2025, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0067382640** e o código CRC **26DF1053**.